

Resenhas

World Investment Report 2005: Transnational Corporations and the Internalization of R&D

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)
United Nations, New York and Geneva, 2005

Os resultados da edição de 2005 do Relatório sobre Investimento Mundial (WIR) da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) podem ser lidos de forma a reforçar a impressão de que os chamados “países em desenvolvimento” (PEDs) formam um grupo cada vez mais heterogêneo.

A Unctad publica o Relatório sobre Investimento Mundial desde 1991. O volume geralmente apresenta duas partes. A primeira, que se repete todos os anos, traz uma análise anual do fluxo internacional de investimento direto estrangeiro (IED) até o dado mais recente (no caso, 2004), apontando tendências mundiais e regionais; a segunda, por sua vez, oferece um estudo aprofundado sobre um tema específico. Neste ano, o tema específico é “Internacionalização do investimento em P&D e Desenvolvimento Econômico”. O documento pode ser obtido na íntegra por meio do *site* da Unctad ([/www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=6087&intItemID=3489&lang=1&mode=toc](http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=6087&intItemID=3489&lang=1&mode=toc)).

Entre os resultados apresentados na primeira parte, o WIR 2005 destaca o aparente fim de um período de três anos de baixa nos fluxos de IED. Assim, em 2004, os influxos (*inflows*) mundiais aumentaram 2%, especialmente concentrados nos países em desenvolvimento (PEDs), para os quais o aumento foi de expressivos 40%. A China, obviamente, aparece como grande beneficiária entre os PEDs, recebendo um influxo de US\$ 60 bilhões. Na seqüência, vêm o Brasil (US\$ 18 bi) e o México (US\$ 16 bi). Já entre os países

desenvolvidos (PDs), o influxo de investimentos caiu 14%, sendo que os principais beneficiários foram os EUA (US\$ 96 bi) e o Reino Unido (US\$ 78 bi). A participação dos PEDs no influxo de investimentos é de 36%, a maior desde 1997.

Os fluxos mundiais “para fora” (*outflows*) também aumentaram. Curiosamente, os *inflows* mundiais não batem com os *outflows*, devido a problemas de critérios contabilidade (veja a respeito, o Box I.1, página 4). As principais fontes de IED continuam sendo os PDs, em especial os EUA (US\$ 229 bi, compare com os influxos desse país!) e o Reino Unido (US\$ 65 bi). Entre os PEDs, os principais exportadores de IED são Hong Kong (US\$ 40 bi) e Cingapura (US\$ 10 bi); o Brasil aparece logo em seguida, com *outflows* de US\$ 9,4 bi.

Para os próximos anos, o relatório é otimista, prevendo manutenção ou aumento do fluxo de IED, acompanhando as previsões também otimistas de continuidade de crescimento econômico global.

A primeira parte traz também algumas novidades. Entre elas, destaca-se uma nova classificação geográfica dos países, decorrente da entrada de novos países na União Européia. Assim, países até então classificados como “desenvolvidos europeus”, distribuem-se agora entre “novos países da União Européia” (como Polônia, Hungria e República Checa), “Sudeste Europeu” (como os países dos Balcãs), e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), reunindo a Federação

Russa e países que antes formavam a antiga União Soviética, (detalhes estão no Box I.2, da página 6).

Outra novidade é uma lista inédita das cinquenta maiores companhias transnacionais (TNCs) financeiras. A importância dos investimentos em serviços, em especial dos serviços financeiros, continuou a crescer em 2004. O valor total das fusões e aquisições (F&A) transfronteiriças envolvendo o setor financeiro representou um terço do valor correspondente no setor de serviços, que, por sua vez, respondeu por 63% do valor total das F&A transfronteiriças em 2004.

Já no que se refere ao tema específico, o relatório destaca o movimento no qual as companhias transnacionais (TNCs) estão transferindo sua atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para os PEDs. Entre os exemplos desta tendência, está a instalação de mais de setecentas unidades de P&D na China (como a pioneira Motorola, ou a Microsoft), Índia (especialmente de empresas farmacêuticas), sudeste europeu e leste asiático (semicondutores) e mesmo no Brasil (automotivo).

Os dados do WIR 05 ilustram — com algum recato — essa tendência: a participação dos PDs nos gastos com P&D teria se reduzido de 97% para 91%; mesmo assim, entre os dez países que mais investem em P&D, apenas dois são usualmente classificados como PEDs, a China e a Coreia.

Para mensurar a capacidade dos países em produzir inovações e de se beneficiar delas, o WIR 05 desenhou um Índice de Capacidade de Inovações (UNICI, sigla para *Unctad Innovation Capability Index*), construído a partir da média aritmética de dois sub-índices: (i) o sub-índice de atividade tecnológica, média ponderada do número de trabalhadores na área de P&D, do número de patentes registradas e do número de publicações científicas, os dois últimos em relação à população; (ii) o sub-índice de capital humano, média ponderada das taxas de alfabetização, e das taxas de matrícula no ensino secundário e terciário por grupo etário.

Conforme o UNICI, com base em dados de 2001, o Brasil se encontra no grupo de países de média capacidade de inovação, na 49ª posição, logo atrás da África do Sul. Comparando com o mesmo índice calculado com dados de 1995, observa-se uma evolução de quinze posições. Entre os países latino-americanos, apenas a Argentina se encontra no grupo de países de alta capacidade de inovação, na 37ª posição, seguida de perto pelo Chile (42ª posição).

Deve-se observar que as posições da China e da Índia não são assim tão favoráveis, ocupando respectivamente as 74ª e 83ª posições no ranking, que vai até a 117ª posição; além disso, ambos países *caíram* duas posições com relação aos resultados que utilizaram dados de 1995. Para os que estranham essas colocações, o texto do relatório justifica-se dessa forma: “[...] algumas economias (como a Índia) parecem deslocadas, [e] a explicação repousa no uso da população total como deflator; se, por um lado, essa é a forma correta de construir um índice, de outro pode levar a conclusões equivocadas quando um mínimo de massa crítica é importante” (Unctad, 2005, p. 113).

Se a justificativa não satisfizer, o Box III.4, na página 112, compara a metodologia do UNICI com a de outros índices sobre competitividade e inovação, tais como o *Rand Index* (da RAND Corporation) e o *Knowledge Index* (do Banco Mundial).

Assim como no caso do fluxo de IED, o relatório acredita que a internacionalização de P&D também deve aumentar nos próximos anos, o que terá algumas implicações para os países envolvidos, tanto no que se refere à regulação nacional como internacional, especialmente em questões sobre direitos de propriedade.

Tomando-se a publicação como um todo, dados e análises sugerem que alguns PEDs mostram-se mais bem sucedidos na atração de IED, especificamente relacionados à P&D, quando comparado a outros. Esta conclusão sugere, ainda que nas entrelinhas, a possibilidade de uma nova “gradação” entre os PEDs.

O tema da “gradação” dos PEDs é complexo e controverso. Um país classificado como PED goza de condições especiais em algumas negociações comerciais multilaterais. O conceito, aliás, está associado à própria razão de ser da Unctad. O organismo existe desde 1964 e, conforme o documento “*The Spirit of São Paulo*”, aprovado durante a XI Conferência da Unctad, realizada em São Paulo, em junho de 2004 (www.unctad.org/en/docs/tidl382_en.pdf), sua criação foi “a expressão da crença de que um esforço cooperativo internacional seria necessário para integrar os países em desenvolvimento na economia mundial” (parágrafo 1). Apesar das transformações mundiais nesses quarenta anos, o documento entende que “os contrastes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento continuam presentes” na atualidade e que “os efeitos da globalização teriam sido sentidos de forma muito heterogênea entre os países” (parágrafo 3); em

especial, preocupava os signatários a situação dos chamados LDCs (países de menor desenvolvimento relativo, parágrafo 4, 6 e 7).

Por outro lado, o documento reconhecia a existência de sinais “encorajadores” de que uma fonte de crescimento global significativa já estava sendo gerada entre os países em desenvolvimento (parágrafo 13).

Olhando em perspectiva, e considerando os dados deste WIR 05, arrisca-se afirmar que os

participantes daquela conferência em São Paulo já desconfiavam que, mais dia menos dia, a Unctad terá que debater a criação de novas siglas para diferenciar alguns PEDs dos demais, o que implicaria mudanças não apenas nas conclusões do atual relatório, como também em sua própria missão.

Sérgio Goldbaum

Economista pela USP, mestre e doutor em economia pela FGV-SP.

Cinco Décadas de Questão Social e os Grandes Desafios do Crescimento Sustentado

João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (orgs.)

Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005

Em setembro de 2004, por ocasião das comemorações dos quarenta anos da criação do Ipea, foi realizado um minifórum em complemento ao XVI Fórum Nacional, ocorrido em maio do mesmo ano. Este volume é a compilação dos artigos e comentários apresentados neste encontro. São dois os grandes temas de discussão: cinco décadas de questão social no Brasil e os grandes desafios do crescimento sustentado.

A primeira parte inicia com a apresentação do Ministro do Planejamento Guido Mantega, que tem como propósito responder à pergunta de como o governo Lula tem enfrentado a questão social no Brasil. A resposta é essencialmente baseada no argumento de que o principal instrumento capaz de resolver a questão social é o crescimento sustentado. Para tanto, são necessários fundamentos econômicos sólidos (sustentabilidade da dívida pública, redução da vulnerabilidade externa e estabilidade de preços). Esta visão é dividida virtualmente com todos os demais autores dos artigos apresentados nesta primeira parte do livro. Mas, também com os demais autores, Mantega acredita que este não é um resultado suficiente para garantir o desenvolvimento social do país. São também necessárias ações governamentais para que o crescimento gere empregos, como políticas de crédito para pequenas e médias empresas, para agricultura familiar e também expandir as políticas sociais como o Bolsa Família.

Ricardo Santiago, gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-

presidente do Ipea, destaca o esforço conjunto do BID e do Brasil para combater a pobreza e a desigualdade. O autor apresenta as principais estratégias do BID para promover o desenvolvimento social que se concentra nas áreas de pobreza, equidade, formação de capital humano e melhora nas condições da população nas cidades.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque traça um grande panorama econômico-social brasileiro no século XX, no qual conclui que houve um grande progresso social neste período ao analisar diversos indicadores demográficos, econômicos e sociais. O autor mostra que o Brasil em 1900 tinha um IDH classificado como muito baixo e evoluiu para uma classificação médio-alto em 2001. Mostra também que, embora a partir de 1950 a dinâmica econômica regional tenha sido bastante distinta (sudeste e nordeste perdem participação no PIB, enquanto as regiões sul, centro-oeste e norte ganham participação), houve convergência de indicadores regionais.

Sonia Rocha, José Pastore e Nelson do Valle Silva e Marcelo Neri apresentam resultados que indicam a mesma tendência de melhora dos indicadores sociais nas últimas décadas. Sonia Rocha mostra em seu artigo a expressiva queda da pobreza nos últimos trinta anos. A incidência da pobreza considerando a renda cai de 68,4% em 1970 para 20,7% em 2002. Mesmo quando não se considera apenas a renda, a autora diz que há melhora nas condições de vida dos pobres por maior acesso aos serviços públicos e ao crédito e devi-

do à redução dos preços ao consumidor dos bens duráveis. José Pastore e Nelson do Valle Silva mostram que a mobilidade social foi intensa no período entre 1973 e 1996, com a ampliação da chamada camada média. Argumentam que a intensa mobilidade social é compatível com a persistente desigualdade no país, pois a maioria percorreu uma distância social curta. Marcelo Neri usa a geração do presidente Lula como exemplo das mudanças sociais ocorridas no país nos últimos cinqüenta anos. A geração que nasceu na década de quarenta e completou cinqüenta anos em 2000 sofreu grandes mudanças: quando jovens, na década de 70, apenas 29% moravam em áreas urbanas, 72,6% eram alfabetizados e apenas 9% tinham automóveis; ao completar 50 anos, 82% moravam em áreas urbanas, 78,3% eram alfabetizados e 39% tinham automóveis.

O artigo de Amélia Cohn discute a política de transferência de renda como política de combate à pobreza e promoção da cidadania. Usando como exemplo o Bolsa Família, Cohn diz que o programa não deve ser entendido como um programa cujo fim último é a transferência de renda e a condicionalidade, mas como um programa de emancipação e inserção social. Segundo a autora, somente desta maneira políticas de transferência são políticas transformadoras e promotoras do desenvolvimento social.

A segunda parte do livro, que discute os grandes desafios do crescimento sustentado, é aberta com um texto de João Paulo dos Reis Velloso que se pergunta se desta vez haverá crescimento sustentado no país. Argumenta que as condições macro e microeconômicas são fundamentais para o crescimento rápido e prolongado, mas que o desafio é como impulsionar o crescimento sustentado uma vez que, por um lado, não há receita pronta para tanto e, por outro, perdemos o *know how* depois de tantos anos de baixo crescimento. Segundo o autor, deve-se criar uma dinâmica econômica favorável ao crescimento sustentável baseada na demanda interna, colocar a inovação no centro da política industrial e buscar a definição do espaço internacional do Brasil, com aumento da participação no fluxo de comércio de forma sustentável no longo prazo.

Francisco Eduardo Pires de Souza levanta a hipótese de que o baixo nível de investimento observado nos últimos 25 anos não explica o baixo crescimento da economia brasileira. Para o autor há evidência de que a causalidade é no sentido inverso: o baixo crescimento levou à redução

dos níveis de investimento. Entretanto, não é claro que haverá aumento do investimento assim que a economia voltar a crescer em ritmo maior. Isso porque os custos dos investimentos ainda são relativamente altos no Brasil e têm aumentado nos últimos anos.

João Furtado se pergunta como fazer para que as políticas de inovação se tornem um motor do crescimento e desenvolvimento. Para isso, analisa os principais setores da indústria brasileira. As duas grandes "fortalezas industriais brasileiras", a metalmeccânica e a agroindústria, estão em momento bastante fértil de desenvolvimento, embora na metalmeccânica a inovação se dê eminentemente dentro da empresa e a agroindústria seja mais dependente das instituições extra-empresa (institutos de pesquisa e infra-estrutura de armazenagem, transporte e beneficiamento). A maior fragilidade tecnológica do país hoje é no setor de eletroeletrônica, onde há grande espaço para políticas públicas adequadas que incentivem a inovação.

Antonio Barros de Castro sugere que é possível crescermos a taxas elevadas sem colocar em risco o equilíbrio macroeconômico. Para tanto contribuem positivamente a nova família de políticas macroeconômicas associadas à desvalorização de 1999, a política fiscal restritiva e importante reposicionamento da economia brasileira nos últimos anos, como a inclusão das exportações na estratégia empresarial e o apoio dos órgãos públicos na busca de soluções aos problemas enfrentados pelo setor privado (política industrial, tecnológica e comercial). Renato Fraggelli Cardoso reconhece que os resultados positivos observados em 2004 são fruto de políticas macroeconômicas responsáveis, mas aponta os fatores microeconômicos como sendo aqueles fundamentais para gerar crescimento sustentável. As reformas microeconômicas são, na visão do autor, fundamentais para elevar a taxa de crescimento do patamar atual próximo de 4% para os necessários 7% ao ano.

O artigo de Mark Roland Thomas e Vinod Thomas reconhece que é mais fácil iniciar uma arrancada para o crescimento que sustentar um período longo de crescimento. Isso se deve ao fato de que o crescimento contínuo da produtividade, fundamental para o crescimento sustentado, é dependente das instituições e da história de cada país. Os autores apontam que o Brasil precisa de reformas, como a reforma política, mas que deve primordialmente aproveitar melhor suas oportunidades de crescimento. Por exemplo, o

país conta com centros de excelência de pesquisa agrícola e genética e grande biodiversidade, que poderiam ser melhor aproveitados em uma estratégia de crescimento sustentável. A segunda parte termina com considerações de Paulo Mansur Levy sobre as apresentações anteriores.

Este volume consolida o pensamento atual sobre duas grandes questões da economia brasi-

leira: a questão social e como criar condições para o crescimento sustentável. Sem dúvida é peça fundamental para todos aqueles que querem entender melhor os desafios do Brasil de hoje.

Adriana Schor
Professora da Fundação
Getúlio Vargas, São Paulo